



O sexto número da E-legis aborda três grupos de assuntos que demonstram a atuação multifacetada do Parlamento. O primeiro refere-se à atuação do Legislativo nas questões relacionadas a orçamento, comissões parlamentares de inquérito e política pública. O segundo busca apresentar a visão de outros parlamentos no que tange à maioria penal e participação popular. O último traz a contribuição da educação como instrumento de ampliação da democracia.

Assim, Eber Santa Helena abre o número da Revista com o artigo **Conflitos temporais entre os processos legislativos ordinário e orçamentário**, mostrando a necessidade de compatibilizar e coordenar a tramitação de proposições e orçamento nos dois tipos de processos legislativos. Em seguida, é apresentada a reflexão sobre o papel do deputado no fortalecimento do elo entre a instituição Câmara Federal e o cidadão em **Mídia, parlamento e violência: uma análise da CPI dos grupos de extermínio no nordeste**, por Germana Pereira. Dentro de uma perspectiva que alia ação política e políticas públicas, Anamélia Fernandes discute a **Ausência de política pública de cotas raciais para ingresso em instituições públicas de ensino superior no Brasil**, mostrando que a falta de uma norma federal implicou baixa adesão ao sistema de cotas.

Em um segundo momento, Elaine Faria e Maria Amélia Castro, em **Maioridade penal no Brasil e na Espanha: um estudo comparativo**, comparam a legislação de menores e as medidas socioeducativas adotadas em ambos os países com o intuito de trazer subsídios para a busca de soluções da problemática do aumento da criminalidade infanto-juvenil. Por outro lado, Geter Borges de Sousa mostra que a legislação de Cuba possui um alto grau de delegação no artigo **Modelo de representação na legislação cubana** e que essa legislação pode ajudar a reflexão sobre o tema no Brasil.

Finalmente, em **A (des)confiança do cidadão no Poder Legislativo e a qualidade da democracia no Brasil**, artigo desenvolvido por Cristina Cinnanti, são apresentadas reflexões a respeito da democracia brasileira, focando a representação parlamentar e o impacto da imagem do Poder Legislativo sobre a participação popular para discutir os efeitos dessa relação sobre a qualidade do regime democrático. Fechando este número, Guilherme Ribeiro propõe um tema para debate a todos aqueles que trabalham com educação e analisam os desafios da democracia representativa, dentro e fora das casas legislativas, ao indagar: **A educação legislativa é uma resposta à crise da representação?**

Boa leitura!